



# PROJECTO EUROPA

Nº 16 - Abril 1993

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

## **MARGARIDA SALEMA: RAPTO DE MENORES É DRAMA HUMANO QUE EXIGE SOLUÇÃO A NÍVEL COMUNITÁRIO**



O relatório apresentado pela Deputada do PSD Margarida Salema sobre o problema do rapto internacional de menores por um dos progenitores, que o Parlamento Europeu aprovou na sua sessão de Março, suscitou enorme interesse junto dos órgãos de comunicação social da generalidade dos países comunitários.

Para elaboração do seu relatório,

Margarida Salema enviou um questionário aos Ministros da Justiça dos Doze, cujas respostas permitiram identificar as dificuldades: os instrumentos jurídicos existentes - a Convenção de Maio de 1980, sobre os Aspectos Civis do Rapto Internacional de Menores, e a Convenção do Luxemburgo de 1980, sobre o Reconhecimento e a Execução das Decisões - são insuficientes e geram muitos inconvenientes, como a morosidade dos procedimentos, sua relativa onerosidade, as dificuldades linguísticas, a indeterminação quanto à possibilidade de o requerente obter assistência judicial, etc.

Daí resulta a convicção da relatora de que se torna indispensável criar regulamentação comunitária capaz de assegurar o regresso da criança ao País de residência com a maior brevidade possível. Por isso, Margarida Salema pede à Comissão que apresente ao PE um estudo sobre esta problemática a nível comunitário e sobre as possibilidades de elaboração de um instrumento jurídico comunitário nesta matéria.

De salientar ainda que a relatora, consciente da dimensão humana deste tipo de situações, defende que, sempre que possível, se deveria evitar dar-lhes um tratamento penal. No entanto, Margarida Salema defende a harmonização - e inclusive o agravamento - das sanções a aplicar pelos Estados-membros aos casos em que o rapto seja praticado por terceiros.

## **MENDES BOTA APRESENTA EM PLENÁRIO CONCLUSÕES DA ASSEMBLEIA PARITÁRIA ACP-CEE**



O Deputado social-democrata Mendes Bota viu aprovado pelo Plenário do Parlamento Europeu o seu relatório sobre os trabalhos da Assembleia Paritária ACP-CEE de 1992, que reuniu em Santo Domingo (República Dominicana) e no Luxemburgo.

Na apresentação do relatório, Mendes Bota realçou o facto de a Assembleia Paritária ser o único parlamento pluricontinental

susceptível de abordar as questões Norte-Sul que afectam os países ACP e lamentou que a sua potencialidade esteja longe de obter a máxima optimização. Salientou que, “apesar do número crescente de delegações ACP que enviam deputados às reuniões - e no Luxemburgo já foram 36 as delegações que o fizeram - a verdade é que se assiste muitas vezes à ocupação de facto dos lugares dos países ACP durante os debates por funcionários diplomáticos, mesmo quando há deputados presentes”.

Mendes Bota defendeu que a preocupação com a defesa e promoção dos Direitos do Homem deve representar o primeiro passo para a reflexão conjunta sobre um direito de ingerência pacífica e democrática e lamentou que a Assembleia Paritária, após uma ampla discussão, não tenha podido proceder à votação do relatório geral sobre “Democracia, Direitos do Homem e Desenvolvimento nos Países ACP” durante a sua reunião do Luxemburgo.

O deputado português defendeu ainda que a cooperação para o desenvolvimento deve integrar uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que constitui o quadro mais adequado para a resolução dos problemas dos países ACP, problemas estes que têm fundamentalmente a ver com a dívida, o ajustamento estrutural e o ajustamento democrático, a situação dos mercados das matérias-primas, o meio ambiente e o desenvolvimento duradouro, sem esquecer os graves problemas do racismo e da xenofobia.

**boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD**

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)



## BEI - 216 MILHÕES DE CONTOS PARA FINANCIAR INFRAESTRUTURAS EM PORTUGAL

Em 1992, o total dos financiamentos do Banco Europeu de Investimentos em Portugal ascendeu a 1200 milhões de ecus (216,5 milhões de contos).

- 780 milhões de ecus destinaram-se à melhoria e extensão das telecomunicações em Lisboa e no Porto, a diversas infraestruturas de transportes nos Açores, a lanços de auto-estradas no centro e no norte do país, à melhoria da rede rodoviária, à modernização das instalações aeroportuárias e do sistema de controlo do tráfego aéreo, e à melhoria dos caminhos de ferro portugueses e do metropolitano de Lisboa.

- 261,9 milhões de ecus para a ampliação de uma fábrica de pasta de papel próximo da Figueira da Foz e para a plantação de eucaliptos, para a construção de uma fábrica de segmentos de pistões próximo de Coimbra, para a modernização de uma refinaria de petróleo em Sines e para a modernização e ampliação de uma fábrica de transformadores eléctricos no norte.

- 152,1 milhões de ecus foram canalizados para a extensão da rede de transporte e distribuição de electricidade e a ampliação da central hidroeléctrica de Miranda do Douro.

- 17,1 milhões de ecus foram concedidos para infraestruturas de abastecimento e de tratamento de água no sul do país.

- 19,9 milhões de ecus foram concedidos sob a forma de empréstimo global para investimentos de pequena e média dimensão.

No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos créditos no valor de 43,5 milhões de ecus para 58 projectos de PME's.

## PLENÁRIO APROVA SISTEMA ELEITORAL UNIFORME PARA O PE

O Plenário do Parlamento Europeu aprovou um relatório do deputado liberal belga, de Gucht, que prevê um sistema eleitoral uniforme para as eleições para o PE baseado no princípio da proporcionalidade. O sistema aprovado defende que a repartição dos lugares nas eleições para o PE se deve fazer segundo o sistema proporcional, tendo em conta os votos expressos em todo o território do Estado membro. A eleição deve basear-se em listas nacionais ou por círculos eleitorais plurinominais, permitindo, contudo, que os Estados membros possam aplicar igualmente o sistema maioritário uninominal, mas este não deverá cobrir mais de 2/3 dos lugares atribuídos a cada Estado membro.

Embora nesta matéria o PE disponha do direito exclusivo de iniciativa legislativa, a decisão final está nas mãos do Conselho, o qual deverá pronunciar-se sobre um projecto apresentado pelo Parlamento Europeu.

Intervindo neste debate, António Capucho considerou positivo que o texto adoptado tenha “muito pouco, ou quase nada, de uniforme”, permitindo que cada Estado membro disponha de “uma larguíssima margem de manobra para adoptar os dispositivos que melhor convenham às suas especificidades e tradições.”

# editorial

## AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM FRANÇA

As previsões foram confirmadas nas urnas: os eleitores franceses censuraram o PS, o seu Governo e o próprio Presidente da República. De facto, a anterior maioria socialista sofre um profundo descalabro e obtém menos de 60 mandatos numa Assembleia de 577 Deputados! O centro-direita (coligação do RPR e UDF) não progride em relação às eleições anteriores, mas os cerca de 40% obtidos convertem-se em mais de 80% dos mandatos!

Esta enorme desproporção entre os votos e mandatos obtidos é resultado do sistema eleitoral vigente em França: círculos uninominais a duas voltas. É um sistema injusto. Para mais, deixa sem qualquer representação parlamentar formações políticas que recolheram milhões de votos. Mas tem a virtude de favorecer a formação de maiorias coerentes e de aproximar eleitos de eleitores. Por isso temos defendido os sistemas mistos, que associam aos círculos locais um círculo nacional, isto é, adicionam uma componente proporcional capaz de juntar às virtudes do sistema uninominal as vantagens do sistema proporcional, limitando os inconvenientes de cada um deles.

Mas os socialistas franceses não se podem queixar do sistema eleitoral. Tinham maioria para o alterar e não o fizeram.

Podem queixar-se, isso sim, da incapacidade revelada para resolverem os principais problemas dos franceses (à cabeça eram sempre citados nos inquéritos de opinião o enorme nível de desemprego e a insegurança, principalmente sentida nas cinturas urbanas), sem esquecerem que os eleitores não perdoam os sucessivos casos de envolvimento em processos de corrupção ou, no mínimo, de duvidosa transparência.

A derrota socialista em França segue-se ao retrocesso dos PS belgas, à derrota da mesma família política na Grécia e no Reino Unido e precede a anunciada perda de maioria do PSOE no País vizinho, sugerida pelas sondagens. Trata-se de coincidência, de factores meramente conjunturais, ou estamos perante não apenas o desmoronamento do comunismo que se seguiu à queda do muro de Berlim, mas também face ao arrastamento do socialismo democrático no mesmo sentido?

Não é o local para entrarmos agora neste debate que anima já os círculos políticos europeus.

Mas o mal dos outros ou, por outras palavras, o descrédito dos socialistas, não nos deve “consolar”. A confiança que temos merecido dos eleitores passará sempre, em primeiro lugar, pelo julgamento que fazem da nossa acção à frente do Governo e nos diversos planos em que se desdobra a actividade política.

**António d'Orey Capucho**



## **António Capucho, sobre a política comunitária em matéria de Direitos do Homem**

“Permitam-me que (cite) a edição de Março do *Le Monde Diplomatique*:

“Depois da invasão de 7.12.1975, a guerra nunca cessou no território e causou a morte de cerca de 300.000 pessoas, mais de um terço da população. Trata-se, em termos relativos, do conflito mais mortífero desde a II Guerra Mundial”.

Como se não bastasse esta dramática situação no domínio dos Direitos do Homem, a Indonésia permite-se cumulativamente desrespeitar arrogantemente as deliberações pertinentes do Conselho de Segurança da ONU.

Aqui está um caso típico em que, para além do reforço das “medidas positivas”, como seja o embargo da venda de armas, não podemos deixar de condicionar a renovação ou alargamento de acordos com a Indonésia, à alteração profunda da actual situação em Timor-Leste.”

## **Rui Amaral, sobre a situação económica na Comunidade**

“A crise que vivemos é em larga medida uma crise de confiança que poderia ter sido evitada, ou pelo menos minorada, se a Comunidade, sobretudo o Conselho de Ministros, tivesse podido avançar mais no âmbito da união monetária e, sobretudo, da união económica.

A ausência de uma política económica articulada e coordenada e a manifesta incapacidade de tomar iniciativas concertadas para, em tempo oportuno, se tomarem as medidas adequadas são, no essencial, as principais razões da actual situação. (...)

Do mesmo passo não foi suficientemente assegurado que o princípio da coesão económica e social (...) fosse efectivamente um critério de observância e controlo de execução rigorosos, sendo inaceitável que, nem a Comissão nem o Conselho tenham até agora definido metas objectivas quantificadas e calendarizadas do grau de coesão com a mesma determinação e rigor quanto os estabelecidos para a convergência nominal.”

## **Mendes Bota, sobre as medidas em favor dos produtores ACP de bananas**

“Saudamos a Comissão por apresentar esta proposta de regulamento no momento mais aceso daquilo que alguns já designaram por guerra das bananas. Os tradicionais fornecedores ACP, tal como os produtores comunitários de bananas, têm uma capacidade limitada pelas condições de exiguidade e pela distância dos mercados consumidores. (...) Trata-se de um sector vital para muitos países com os quais a Comunidade assumiu, desde há muitos anos, um compromisso de escoamento desse produto.

Só que as multinacionais não se satisfazem com o que já conseguiram. Querem engolir tudo e todos à sua passagem, numa voragem competitiva levada ao extremo. Há que moderar-lhes o apetite e o ímpeto e garantir

# discurso directo

aos países ACP e às regiões comunitárias, quer pela compensação de receitas, quer pela melhoria das técnicas de produção e comercialização, o direito à existência.”

## **Marques Mendes, sobre o Fundo de Coesão**

“E sendo indiscutível a grande importância para toda a Comunidade e seus cidadãos da implementação das infra-estruturas de redes transeuropeias de transportes e da política do ambiente, bem andou Maastricht em destinar tal instrumento financeiro a projectos nestes domínios, projectos esses, porém, de avultados custos financeiros. E é também tendo em conta isto mesmo que se propõe a taxa de co-financiamento que fora preconizada pela Comissão no pacote Delors II e a que o Parlamento deu então a sua aceitação.

Com o apoio dado pelo Parlamento Europeu à criação deste instrumento financeiro - em coerência, aliás, com posições aqui inequivocamente adoptadas, designadamente aquando do último processo orçamental -, se está a contribuir de forma muito significativa

para o êxito da caminhada para a UEM e para o reforço essencial da coesão económica e social, numa demonstração de que a solidariedade comunitária continua a não ser palavra vã.”

## **Virgílio Pereira, sobre o Fundo de Coesão**

“Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha têm um PNB inferior a 90% da média comunitária. Havia que criar condições a estes Estados-membros para lhes permitir vencer as dificuldades de, a partir de 1 de Janeiro de 1993, terem ficado expostos aos efeitos do mercado interno e, por outro lado e simultaneamente, de terem de respeitar as regras de uma disciplina orçamental muito rigorosa, o que os obriga a esforços de convergência tremendos tendo em vista a União Económica e Monetária.

Imperou assim uma vontade política de criar um instrumento financeiro provisório até que entre em vigor o Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht. (...) Este regulamento é um antecedente do futuro regulamento do Fundo de Coesão e, como tal, deve estar preparado para cobrir totalmente tudo o que vier a ser estabelecido por este último.”

## **Margarida Salema, sobre os sistemas de garantia de depósitos**

“Esta proposta de directiva visa proteger os depositantes dos bancos e visa também assegurar a estabilidade do sistema bancário no seu conjunto, garantindo em toda a Comunidade uma indemnização mínima aos depositantes em caso de crise financeira da instituição de crédito que torne os depósitos indisponíveis.

Se bem que em termos de defesa do consumidor o montante dos depósitos garantidos não devesse sequer ser limitado, há que ter, no entanto, em conta situações de inexistência de um sistema de garantias, como é o caso português e o caso grego. Ora, a garantia proposta pela Comissão de 15 mil ecus parece-nos razoável, correspondendo ao nível médio entre os dois Estados-membros onde há maior protecção - o caso da Alemanha e da Itália - e aqueles onde não existe nenhuma protecção”.



## Carlos Pimenta no Caucaso Simone Veil em Lisboa

Carlos Pimenta foi um dos cinco deputados que integraram uma delegação do PE que, no final do mês de Março, se deslocou à Arménia, à Geórgia e ao Arzabeião, onde manteve encontros com os Presidentes e Primeiros Ministros destas Repúblicas da ex-URSS, nomeadamente com o Presidente Shevardnaze da Geórgia. Os deputados visitaram as principais zonas de combate e campos de refugiados onde, em conjunto com as organizações humanitárias a operar nestes países analisaram os programas concretos de apoio humanitário a levar a cabo pela Comunidade Europeia, como o envio e a montagem de hospitais de campanha e a organização de esquemas de envio e recepção de medicamentos e alimentos. A Comunidade dispõe de verbas superiores a 200 milhões de ecus para este tipo de acções humanitárias na ex-URSS.

### Durão Barroso reúne com Intergrupo Timor-Leste

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, deslocou-se a Estrasburgo onde, à margem da sessão plenária de Março, reuniu com o Intergrupo Timor-Leste. Segundo Durão Barroso, o Governo português “gostaria de ver uma atitude mais afirmativa da parte da Comunidade Europeia, relativamente a Timor”, sob pena de perder credibilidade. “Uma causa justa vale sempre a pena” asseverou o governante português, para quem o diálogo com a Indonésia, cuja segunda ronda de negociações decorre a 20 de Abril próximo, em Roma, talvez permita “melhorar as condições, nomeadamente no domínio dos Direitos do Homem”.

A ex-Presidente do Parlamento Europeu, Simone Veil, na qualidade de Presidente do Intergrupo Timor-Leste, esteve em Lisboa nos passados dias 25 e 26 de Março, onde manteve contactos com as autoridades portuguesas e reuniu com dirigentes timorenses. Simone Veil, que era acompanhada pelo Vice-presidente do Intergrupo, o deputado do PSD, Rui Amaral, e por outros deputados portugueses, foi recebida pelo Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Na Assembleia da República, Simone Veil reuniu também com a Comissão eventual de Timor-Leste.

## breves

### Antuérpia 93 - Capital Europeia da Cultura

O Vice-presidente António Capucho representou o Parlamento Europeu nas cerimónias de inauguração de Antuérpia 93 -Capital Europeia da Cultura, que foram presididas pelo Comissário responsável pela Cultura, João de Deus Pinheiro.

### Restituição de bens culturais e conservação do património

O PE aprovou uma posição comum do Conselho relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-membro, manifestando a sua satisfação pelo facto de a Comissão ter integrado as alterações que lhe foram propostas. Tal medida legislativa revela-se oportuna em virtude de, com a abertura das fronteiras internas, se tornar indispensável dispôr de uma regulamentação específica que venha a permitir a circulação de bens culturais, muito embora preservando os patrimónios nacionais dos vários Estados-membros.

## Parlamento Europeu reafirma a total ilegitimidade do processo contra Xanana Gusmão

### António Capucho solicita que a Sub-Comissão dos Direitos do Homem inscreva na sua agenda a questão de Timor-Leste

O Parlamento Europeu, na sua sessão plenária de Março, aprovou uma resolução em que reafirma as suas posições anteriores a respeito de Timor-Leste, designadamente no sentido de que o povo daquele território tem o direito a autodeterminar-se livremente e que, para tanto, se torna indispensável urgente cessar todas as actividades de repressão colectiva praticadas violentamente desde 1975 pelas autoridades ocupantes da Indonésia. Nesta resolução o PE reafirma ainda a total ilegitimidade do processo contra Xanana Gusmão e volta a declarar que não aceitará qualquer condenação resultante daquele processo dada a total ausência de legitimidade ou competência da autoridade judicial indonésia. Intervindo no debate, o Vice-presidente do PE, António Capucho considerou essencial e muito oportuno que o Parlamento Europeu junte a sua voz a todos os que têm denunciado o arbítrio e a ilegalidade da prisão e do julgamento de Xanana Gusmão pelas autoridades indonésias.

António Capucho lembrou que “face ao direito internacional, Timor-Leste está ocupado ilegitimamente pela Indonésia, facto que, por si só, justifica a resistência activa contra o invasor” e que lutar pelos Direitos do Homem e pela sua autodeterminação “é um direito inalienável do Povo Maubere”.

## agenda

\* Dia 15 de Abril reúne em Bruxelas o Conselho da Federação dos Partidos Liberais, Democráticos e Reformistas.

\* De 19 a 23 de Abril reúne em Estrasburgo o Plenário do Parlamento Europeu.

\* Dias 7 e 8 de Maio, em Budapeste, terá lugar um seminário sobre “Segurança” promovido pela Federação ELDR.

\* De 17 a 19 de Maio, em Madrid, realizam-se as “Jornadas anuais de estudos” do Grupo LDR.

**PROJECTO EUROPA**  
rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles